

# SUMÁRIO

**ABREVIATURAS ..... 69**

## **CAPÍTULO I**

**HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO ..... 71**

1. Surgimento e histórico do Direito do Trabalho ..... 71

    1.1. Origem etimológica do termo “trabalho” ..... 71

    1.2. Relações de trabalho na Antiguidade ..... 72

    1.3. Relações de trabalho na Idade Média (séculos V ao XV) ..... 73

    1.4. Relações de trabalho após a Revolução Industrial e o surgimento do  
        Direito do Trabalho ..... 75

2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo ..... 76

    2.1. Formação do Direito do Trabalho ..... 77

    2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho ..... 77

    2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho ..... 78

    2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho ..... 79

3. Origem e evolução do Direito do Trabalho, no Brasil ..... 80

    3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930) ..... 81

    3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945) ..... 82

    3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988) ..... 83

    3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro ..... 84

    3.5. A onda renovatória do Direito do Trabalho brasileiro ..... 85

4. Evolução das constituições brasileiras ..... 91

    4.1. Constituição de 1824 ..... 91

    4.2. Constituição de 1891 ..... 92

    4.3. Constituição de 1934 ..... 92

    4.4. Constituição de 1937 ..... 94

    4.5. Constituição de 1946 ..... 96

    4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969 ..... 97

    4.7. Constituição Federal de 1988 ..... 99

## **CAPÍTULO II**

**A REFORMA TRABALHISTA ..... 107**

1. Histórico ..... 107

2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho .....	109
3. Reforma trabalhista e direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista - Incidente de recursos de revista repetitivos nº 23) .....	117
3.1. Normas processuais e Instrução Normativa nº 41 do TST .....	124
4. Impactos das diversas alterações legislativas após a Reforma Trabalhista .....	125

### CAPÍTULO III

#### INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO ..... 129

1. Introdução ao Direito do Trabalho .....	129
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho .....	130
2. Fontes do Direito do Trabalho .....	131
2.1. Fontes materiais .....	131
2.2. Fontes formais .....	132
2.2.1. Fontes formais autônomas .....	132
2.2.2. Fontes formais heterônomas .....	135
2.2.3. Hierarquia das fontes formais .....	137
2.2.3.1. Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	137
2.2.4. Conflito entre fontes formais .....	138
3. Interpretação do Direito do Trabalho .....	142
4. Integração .....	144
4.1. Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista) .....	146
4.2. Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista) .....	146
4.2.1. Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs .....	148
5. Eficácia das normas trabalhistas .....	150
5.1. Introdução .....	150
5.2. Eficácia temporal das normas trabalhistas .....	150
5.2.1. Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista - Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23) .....	153
5.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas .....	160
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	165

### CAPÍTULO IV

#### PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO ..... 167

1. Introdução .....	167
2. Princípio da proteção ao trabalhador .....	168
2.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador .....	169
2.2. <i>In dubio pro operario</i> .....	170

2.3.	Norma mais favorável .....	170
2.3.1.	Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista) .....	171
2.4.	Condição mais benéfica .....	173
2.4.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da condição mais benéfica .....	173
3.	Princípio da imperatividade das normas trabalhistas .....	174
3.1.	Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas .....	175
4.	Princípio da primazia da realidade .....	177
4.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade .....	177
5.	Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado .....	178
5.1.	Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado .....	178
6.	Princípio da continuidade da relação de emprego .....	180
6.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego .....	180
7.	Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas ..	180
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	184
9.	Informativos do TST .....	185

## CAPÍTULO V

<b>FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>187</b>
1. Flexibilização do Direito do Trabalho .....	187
1.1. Hipóteses de flexibilização .....	188
1.2. <i>Lay off</i> .....	192
1.2.1. Qualificação profissional (art. 476-A, CLT) .....	193
1.3. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas .....	195
2. Renúncia e transação .....	210
2.1. Renúncia .....	212
2.2. Transação .....	213
2.2.1. Comissão de Conciliação Prévia .....	214
2.2.2. Homologação de acordo extrajudicial .....	215
2.2.2.1. Limites do acordo extrajudicial .....	217
2.2.2.2. Transação e redução de direitos trabalhistas .....	217
2.2.2.3. Parcelamento de verbas rescisórias .....	218
2.2.2.4. Homologação parcial de acordo extrajudicial .....	219
2.2.2.5. Eficácia liberatória do acordo extrajudicial homologado .....	221
2.2.2.5.1. Quitação ampla, geral e irrevogável em acordos extrajudiciais homologados perante a Justiça do Trabalho – CNJ (Resolução CNJ nº 586, de 30 de setembro de 2024) ....	222

2.2.3. Plano de Demissão Voluntária – PDV .....	223
3. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	224
4. Informativos do TST .....	226

## CAPÍTULO VI

<b>SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO: EMPREGADO E EMPREGADOR .....</b>	<b>229</b>
1. Empregado .....	229
1.1. Requisitos da relação empregatícia .....	230
1.1.1. Pessoa física .....	230
1.1.2. Não eventualidade .....	230
1.1.3. Onerosidade .....	231
1.1.4. Subordinação .....	232
1.1.4.1. Subordinação objetiva e subjetiva .....	233
1.1.4.2. Subordinação reticular .....	233
1.1.4.3. Parassubordinação e subordinação estrutural .....	234
1.1.4.4. Subordinação algorítmica (uberização) .....	235
1.1.5. Alteridade .....	238
1.1.6. Princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção .....	238
1.1.7. Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor-Fiscal do Trabalho .....	239
1.1.7.1. Reconhecimento do vínculo de emprego na MP nº 905/2019 (vigência encerrada) .....	240
1.1.7.2. Limites ao reconhecimento do vínculo de emprego (Informativo nº 218 do TST) .....	240
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego .....	241
1.2.1. Exclusividade .....	241
1.2.2. Local da prestação de serviços e teletrabalho (Reforma Trabalhista) .....	242
1.2.2.1. Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – Vigência encerrada) e legislação de exceção .....	244
1.2.3. Profissionalidade .....	245
1.3. Altos empregados .....	245
1.3.1. Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista) .....	247
1.3.2. Atividades de direção e assessoramento de partidos políticos ....	250
2. Admissão do empregado .....	251
2.1. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas) .....	252
2.1.1. Cotas exclusivas para pessoas negras .....	256
2.2. Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial .....	256
2.2.1. O que é o eSocial? .....	256
2.2.2. Obrigados ao eSocial .....	257

2.2.3.	Objetivos do eSocial .....	258
2.2.4.	eSocial do Doméstico .....	259
2.3.	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS .....	260
2.3.1.	Carteira de Trabalho Digital .....	262
2.3.2.	Informações obrigatórias na CTPS .....	264
2.3.3.	Valor das anotações da CTPS .....	265
2.3.4.	Dispositivos revogados .....	266
2.3.5.	Anotação em CTPS .....	267
2.3.5.1.	Anotações gerais e anotações especiais .....	268
2.3.5.2.	Anotações sobre a remuneração .....	269
2.3.5.3.	Apresentação da CTPS .....	270
2.3.5.4.	Registros eletrônicos equivalentes às anotações .....	270
2.3.5.5.	Prazo para acesso às informações de anotação .....	270
2.3.5.6.	Multa pelo descumprimento do dever de anotação ...	271
2.3.5.7.	Vedação de anotações desabonadoras .....	271
2.3.6.	CTPS do adolescente .....	272
2.4.	Registro de empregados .....	273
2.4.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista) .....	274
2.4.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista) .....	276
2.5.	Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT) .....	279
2.5.	Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais .....	279
2.7.	Carta de recomendação do ex-empregado .....	281
2.8.	Tratamento de dados pessoais na fase pré-contratual .....	283
3.	Relações empregatícias especiais .....	285
3.1.	Empregado rural .....	285
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural .....	286
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais .....	287
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73) .....	290
3.1.4.	Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural .....	291
3.1.5.	Prescrição aplicável ao contrato de trabalho rural .....	292
3.2.	Empregado doméstico .....	294
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico	298
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015 .....	301
3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação .....	302
3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial .....	305
3.2.2.3.	Períodos de descanso .....	307
3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho .....	310
3.2.2.4.1.	Trabalho intermitente e empregado doméstico .....	313
3.2.2.5.	Remuneração .....	314

3.2.2.5.1.	Redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos domésticos na pandemia .....	315
3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher .....	316
3.2.2.7.	FGTS .....	317
3.2.2.8.	Seguro-desemprego .....	321
3.2.2.9.	Aviso-prévio .....	323
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho .....	324
3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT .....	328
3.2.2.12.	Papel da Fiscalização do Trabalho .....	329
3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito .....	329
3.3.	Empregado público .....	338
3.3.1.	Introdução .....	338
3.3.2.	Regime jurídico único (ADI 2135/DF) .....	339
3.3.3.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público .....	342
3.3.3.1.	Exigência de concurso público para o ingresso no cargo de professor titular .....	347
3.3.3.2.	Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação .....	348
3.3.3.3.	Impossibilidade de transposição de regime celetista para estatutário (ADPF 573/PI) .....	350
3.3.3.4.	Desvirtuamento do estágio com a Administração. Contrato nulo .....	351
3.3.3.5.	Oficial de justiça ad hoc .....	352
3.3.3.6.	Trabalho proibido. Policial militar .....	353
3.3.4.	Alteração da jornada do empregado público. Retorno à jornada inicialmente contratada .....	354
3.3.5.	Remuneração do empregado público. Salário proporcional à jornada .....	355
3.3.5.1.	Equiparação salarial na Administração Pública .....	357
3.3.5.2.	Empregados públicos comissionados e depósitos do FGTS .....	358
3.3.6.	Estabilidade do empregado público .....	359
3.3.6.1.	Estabilidade prevista no art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT .....	361
3.3.6.2.	Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) .....	362
3.3.6.3.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) .....	365
3.3.7.	Término do contrato do empregado público .....	367

3.3.7.1.	Aposentadoria espontânea como causa de extinção do contrato .....	367
3.3.7.2.	Dispensa do empregado público .....	368
3.3.7.3.	Multa do art. 477 da CLT para pessoa jurídica de direito público .....	372
3.3.8.	Terceirização no setor público .....	373
3.3.9.	Aplicação dos dispositivos da Reforma Trabalhista aos empregados públicos .....	375
3.3.9.1.	Jornada 12x36 .....	375
3.3.9.2.	Distrato .....	376
3.3.9.3.	Teletrabalho .....	377
3.3.9.4.	Trabalho intermitente .....	377
3.3.10.	Vedação à redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos empregados públicos durante a pandemia .....	379
4.	Empregador .....	380
4.1.	Grupo econômico .....	382
4.1.1.	Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista) .....	382
4.1.2.	Grupo econômico rural .....	385
4.1.3.	Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico .....	385
4.1.4.	Contrato único .....	386
4.1.5.	Aspectos processuais .....	388
4.1.6.	Grupo econômico e terceirização .....	390
4.2.	Sucessão de empresas .....	390
4.2.1.	Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista) .....	392
4.2.2.	Sucessão por indução .....	393
4.2.3.	Sucessão em grupo econômico .....	393
4.2.4.	Sucessão na Nova Lei de Falências .....	394
4.2.5.	Sucessão de empresas terceirizadas na Administração Pública ....	395
4.2.6.	Sucessão entre entes de Direito Público .....	397
4.2.7.	Sucessão em cartórios extrajudiciais .....	397
4.2.8.	Sucessão em razão da privatização .....	399
4.3.	Sócio retirante (Reforma Trabalhista) .....	399
4.3.1.	Responsabilidade do sócio retirante .....	400
4.3.2.	Responsabilidade do sócio retirante, excluído ou dos herdeiros do sócio falecido no Código Civil .....	402
4.3.3.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	404
4.4.	Poderes do empregador .....	406
4.4.1.	Poder de organização .....	407
4.4.1.1.	Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista) .....	408
4.4.1.2.	Quando o empregador deve fundamentar suas decisões? .....	410

4.4.2.	Organizações de tendência .....	413
4.4.2.1.	Organizações de tendência e a liberdade de expressão dos empregados .....	414
4.4.2.2.	Admissão de empregados nas organizações de tendência .....	415
4.4.2.3.	Liberdade de manifestação dos empregados no curso do contrato de trabalho .....	416
4.4.2.4.	Organizações de tendência e vida privada do empregado .....	416
4.4.2.5.	Liberdade de cátedra e universidades pertencentes a igrejas e comunidades religiosas .....	418
4.4.3.	Poder de controle .....	418
4.4.3.1.	Limitação do uso de banheiros .....	418
4.4.3.2.	Correio eletrônico .....	422
4.4.3.3.	Revistas íntimas .....	422
4.4.3.4.	Revistas pessoais .....	424
4.4.3.5.	Fiscalização por câmeras .....	425
4.4.3.6.	Uso de polígrafo (detector de mentiras) .....	425
4.4.3.7.	Programas espões de controle de atividade .....	426
4.4.3.8.	Restrições ao porte e uso do celular .....	426
4.4.3.9.	Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados .....	429
4.4.4.	Poder disciplinar .....	430
4.4.4.1.	Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) .....	431
4.4.5.	Reintegração .....	433
4.4.5.1.	Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego .....	434
4.4.5.2.	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST) .....	436
4.4.5.3.	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho) .....	437
4.5.	Compliance trabalhista .....	438
4.5.1.	O compliance nas relações de trabalho .....	439
4.5.1.1.	Compliance na admissão do empregado .....	440
4.5.1.2.	Compliance no curso do contrato de trabalho .....	440
4.5.1.3.	Normas de saúde e segurança do trabalho .....	441
4.5.1.4.	Compliance no término do contrato de trabalho .....	442
4.5.2.	Reflexos da adoção do compliance nas relações coletivas de trabalho .....	443
4.5.3.	Compliance na terceirização de serviços .....	444
4.5.4.	Compliance e responsabilidade das empresas pela cadeia produtiva .....	444
4.5.5.	Fraude na utilização do compliance .....	446
4.6.	Microempresas e empresas de pequeno porte .....	448

5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	453
6. Informativos do TST .....	455

## CAPÍTULO VII

### **PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE, DA MULHER E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ..... 461**

1. Proteção do trabalho da criança e do adolescente .....	461
1.1. Jornada de trabalho do adolescente .....	464
1.2. Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade, à saúde e segurança do adolescente .....	466
1.3. Trabalho infantil artístico .....	468
1.4. Conselho Tutelar .....	470
1.5. Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações) .....	470
1.6. Trabalho educativo .....	471
1.7. Dos direitos de profissionalização do Jovem (Lei nº 12.852/2013) .....	473
1.8. Do papel dos representantes legais do adolescente .....	473
1.9. Das férias .....	474
1.10. Do salário .....	474
1.11. Da prescrição .....	475
1.12. Meio ambiente de trabalho .....	476
2. Aprendiz .....	477
2.1. Contrato de trabalho especial .....	479
2.2. Prazo para o contrato de aprendizagem .....	480
2.3. FGTS .....	480
2.4. Obrigatoriedade na contratação de aprendizes .....	480
2.4.1. Funções que demandam formação profissional compatível com a aprendizagem .....	481
2.4.2. Entidades que estão dispensadas da contratação de aprendizes .....	484
2.4.2.1. Condomínios Edifícios estão dispensados da contratação de aprendizes? .....	485
2.4.3. Cota social .....	487
2.4.4. Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas .....	491
2.5. Jornada de trabalho do aprendiz .....	491
2.6. Vínculo empregatício do aprendiz .....	492
2.7. Extinção do contrato de aprendizagem .....	493
2.8. Proteção do trabalho dos aprendizes durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção .....	494
2.9. Da ilegalidade das alterações promovidas pelo Decreto nº 11.061/2022 ...	496
3. Proteção do trabalho da mulher .....	497
3.1. Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23) .....	498

3.2.	Proteção à maternidade .....	500
3.2.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista) .....	503
3.2.2.	Licença-maternidade .....	507
3.2.2.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI nº 6327/DF) .....	511
3.2.2.2.	Licença-maternidade da mãe não gestante (Tema 1072 da repercussão geral) .....	514
3.2.2.3.	Licença-maternidade durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção .....	515
3.2.2.4.	Tema correlato: Licença-paternidade (ADO nº 20/DF) ...	517
3.2.3.	Estabilidade da gestante .....	518
3.2.3.1.	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado .....	520
3.2.3.1.1.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária .....	522
3.2.3.1.1.1.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) .....	523
3.2.3.1.2.	Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado? .....	524
3.2.3.2.	Exigência de certidão de nascimento do filho .....	524
3.2.3.3.	Efeitos da dispensa da gestante .....	525
3.2.3.4.	Estabilidade da gestante na redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção .....	526
3.2.4.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022) .....	528
3.2.4.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância .....	529
3.2.4.1.1.	Reembolso-Creche .....	529
3.2.4.1.2.	Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos .....	530
3.2.4.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho .....	530
3.2.4.2.1.	Teletrabalho .....	531
3.2.4.2.2.	Flexibilização do regime de trabalho e das férias .....	531
3.2.4.3.	Das medidas para qualificação de mulheres .....	532
3.2.4.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade .....	532
3.2.4.4.1.	Suspensão do contrato de trabalho de pais empregados .....	532
3.2.4.4.2.	Das alterações no Programa Empresa Cidadã .....	533

3.2.4.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho .....	534
3.2.4.6.	Do Selo Emprega + Mulher .....	535
3.2.4.7.	Alterações na CLT .....	535
3.2.4.8.	Veto Presidencial .....	535
3.3.	Meio ambiente de trabalho .....	536
3.3.1.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) .....	537
3.3.1.1.	Tempo de afastamento duração da lactação .....	541
3.3.1.2.	Salário-maternidade estendido .....	543
3.3.1.3.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de Covid-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) .....	544
3.3.1.4.	Afastamento de gestantes e da lactante de atividades perigosas e penosas .....	545
3.3.2.	Revistas íntimas .....	547
3.3.3.	Fim do intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista) .....	548
3.4.	Mãe Social .....	552
4.	Proteção do trabalho da pessoa com deficiência .....	554
4.1.	Quem é a pessoa com deficiência? .....	555
4.2.	As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991) .....	556
4.2.1.	Base de cálculo e composição efetiva da cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	556
4.2.1.1.	Trabalhadores intermitentes e a cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados .....	558
4.2.2.	O papel do MTE e do MPT no cumprimento das costas para pessoas com deficiência e reabilitados .....	559
4.2.3.	Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	561
4.2.3.1.	A possibilidade de aplicação da cota social na cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	563
4.2.3.2.	Perícia e prova testemunhal para comprovar a impossibilidade de cumprimento da cota para pessoas com deficiência e reabilitados .....	565
4.2.4.	Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e a dificuldade de contratação de pessoas com deficiência .....	565
4.2.5.	Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo .....	566
4.2.5.1.	O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados .....	567

4.3. Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência .....	568
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	569
6. Informativos do TST .....	570

## CAPÍTULO VIII

### RELAÇÕES DE TRABALHO QUE NÃO CONFIGURAM VÍNCULO EMPREGATÍCIO ..... 575

1. Introdução .....	575
2. Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista .....	576
2.1. Outras formas de contratação do trabalho humano além da CLT .....	578
2.2. Regulamentação do trabalho autônomo pela Portaria nº 349/2018 (anulada) e pela Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego .....	581
2.3. Trabalhador parceiro .....	583
2.4. Uberização das relações de trabalho .....	585
2.4.1. Cooperativismo de plataforma .....	589
2.4.2. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega (Lei nº 14.297/2022) .....	590
2.4.3. Projeto de Lei Complementar n. 12/2024 (Trabalhador autônomo por plataforma) .....	591
2.5. Corretor de imóveis .....	595
2.6. Transportador autônomo de cargas (MEI Caminhoneiro) .....	596
2.7. Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais .....	596
2.8. Advogado associado .....	597
3. Trabalhador eventual .....	598
4. Trabalhador avulso .....	599
4.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013) .....	600
4.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009) .....	604
4.3. Medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da COVID-19 no setor portuário .....	605
5. Trabalhador voluntário .....	606
5.1. Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário .....	606
5.2. Ministros e membros de entidades religiosas .....	608
6. Cooperado .....	609
7. Estagiário .....	612
7.1. Introdução .....	612
7.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) .....	612
7.3. Conceito de estágio .....	613
7.4. Requisitos para existência do estágio regular .....	613
7.5. Agentes de integração .....	614
7.6. Partes envolvidas no estágio .....	614

7.6.1.	Instituição de ensino .....	615
7.6.2.	Parte concedente .....	615
7.6.3.	Estagiário .....	616
7.7.	Fraude no estágio .....	618
8.	Representante comercial .....	619
9.	Trabalhadores esportivos .....	621
10.	Trabalho do preso .....	623
10.1.	Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Decreto nº 9.450/2018) .....	625
11.	Trabalho do imigrante .....	626
12.	Trabalho da pessoa indígena .....	627
13.	Súmulas do TST .....	629
14.	Informativos do TST .....	630

## CAPÍTULO IX

<b>TERCEIRIZAÇÃO .....</b>	<b>633</b>	
1.	Introdução .....	633
2.	Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista) .....	636
2.1.	Súmula nº 331 do TST .....	637
2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017) .....	638
2.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 .....	639
2.4.	Decisões vinculantes do STF sobre a terceirização da atividade-fim (ADPF 324/DF e RE 958.252/MG – Paradigma do Tema 725) .....	640
2.5	Direito intertemporal .....	641
2.6.	Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços .....	642
2.7.	Fraude na terceirização .....	643
2.7.1.	Terceirização nas empresas de call center .....	644
2.8.	Críticas à atual legislação .....	645
2.9.	Consequências da terceirização das atividades-fim .....	645
2.10.	TAC sobre terceirização firmado anteriormente a Reforma Trabalhista ...	646
2.11.	Quarteirização .....	648
2.12.	Outras formas de contratação do trabalho humano: reinterpretação dos precedentes da terceirização da atividade-fim (ADPF 324/DF e RE 958.252/MG – Paradigma do Tema 725), da prestação de serviços de transporte rodoviário (ADC 48/DF e ADI 3.961/DF) e de profissionais da beleza (ADI 5.625/DF) .....	648
2.12.1	Críticas ao posicionamento do STF sobre a constitucionalidade de qualquer forma de contratação distinta da CLT .....	650
3.	Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros .....	653

4. Requisitos do contrato de terceirização .....	654
5. Responsabilidade da tomadora .....	654
5.1. Direito dos terceirizados .....	657
5.2. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	658
5.2.1. Súmula nº 331 do TST .....	659
5.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017) .....	659
5.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 .....	660
5.3. Salário equivalente .....	662
5.3.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST .....	662
5.3.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF .....	664
6. “Quarentena” e Reforma Trabalhista .....	666
6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros ....	666
6.1.1. Súmula nº 331 do TST .....	666
6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017) .....	666
6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 .....	667
6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado .....	667
6.2.1. Súmula nº 331 do TST .....	667
6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017) .....	668
6.2.3. “Quarentena” na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) ....	668
7. Terceirização na administração pública .....	668
7.1. Fraude na terceirização da Administração Pública .....	669
7.2. Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas .....	671
7.2.1. Terceirização na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) .....	673
7.3 Organizações sociais .....	674
7.4. Terceirização na Administração Pública Federal (Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018) .....	675
7.4.1. Vedações para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional .....	676
7.4.2. Vedações para as empresas públicas e sociedades de economia mista .....	677
7.4.3. Vedações de caráter geral .....	679
7.4.4. Normas atinentes ao instrumento convocatório e ao contrato ....	680
7.4.4.1. Vedações .....	680
7.4.4.2. Disposições contratuais obrigatórias .....	681
7.4.5. Legalidade e discussões futuras sobre o Decreto nº 9.507/2018 .....	683
8. Terceirização no marco regulatório trabalhista infralegal (decreto 10.854/2021) .....	683
9. Agências de colocação e recrutamento (convenção 181 da OIT) .....	685
10. Dono da obra e subempreitada .....	686
10.1. Responsabilidade do empreiteiro na subempreitada .....	686
10.2. Responsabilidade do dono da obra .....	687
11. Trabalho temporário .....	691

11.1.	Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação .....	693
11.2.	Trabalho temporário e a contratação no período de greve .....	695
11.3.	Empresa de trabalho temporário .....	696
11.3.1.	Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário .....	697
11.4.	Empresa tomadora de serviços .....	698
11.5.	Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços .....	700
11.6.	Condições de trabalho .....	701
11.7.	Abrangência de atividades do trabalho temporário .....	701
11.8.	Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços .....	702
11.9.	Prazo do trabalho temporário .....	703
11.10.	Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva .....	704
11.11.	Responsabilidade do tomador dos serviços .....	705
11.12.	Direitos assegurados aos trabalhadores temporários .....	707
11.12.1.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária .....	708
11.12.1.1.	Estabilidade da gestante ..... 542 de Repercussão Geral do STF) .....	708
11.13.	Diferenças entre terceirização e trabalho temporário .....	710
12.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	711
13.	Informativos do TST .....	712

## CAPÍTULO X

### **CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO ..... 719**

1.	Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego .....	719
2.	Natureza jurídica e características do contrato de trabalho .....	721
3.	Elementos do contrato de trabalho .....	723
3.1.	Nulidades do contrato de trabalho .....	725
3.1.1.	Trabalho proibido .....	725
3.1.2.	Trabalho ilícito .....	728
4.	Efeitos do contrato de trabalho .....	729
4.1.	Direitos intelectuais .....	730
4.2.	Da reparação do dano nas relações de trabalho .....	732
4.2.1.	Introdução .....	732
4.2.2.	Dano material e dano moral .....	733
4.2.2.1.	Dano material .....	733
4.2.2.2.	Dano moral .....	734
4.2.2.2.1.	Dano moral coletivo .....	738
4.2.2.2.2.	Existe dano moral automático? O que é dano moral <i>in re ipsa</i> ? .....	739

4.2.3.	Dano estético .....	741
4.2.4.	Dano existencial .....	741
4.3.	Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho .....	743
4.3.1.	LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista .....	744
4.3.2.	Conceitos importantes da LGPD .....	745
4.3.3.	Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais .....	746
4.3.4.	Bases de tratamento de dados na LGPD .....	746
4.3.4.1.	Base de tratamento de dados não sensíveis .....	747
4.3.4.2.	Base de tratamento de dados sensíveis .....	748
4.3.5.	Princípios da LGPD .....	749
4.3.6.	Tratamento de dados de empregados adolescentes .....	751
4.3.7.	Norma coletiva e uso de dados pessoais .....	751
4.3.8.	Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho .....	752
4.3.9.	Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais	753
5.	Classificação dos contratos de trabalho .....	755
5.1.	Contrato por prazo determinado .....	755
5.2.	Hipóteses previstas na CLT .....	756
5.2.1.	Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos) ....	759
5.3.	Estabilidade no curso do contrato por prazo determinado .....	759
5.4.	Nova contratação .....	760
5.5.	Término do contrato por prazo determinado .....	762
5.5.1.	Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015) .....	765
5.5.2.	Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT) .....	765
5.6.	Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98 .....	768
5.6.1.	Características .....	768
5.7.	Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) .....	769
5.7.1.	Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável .....	769
5.7.2.	Conceito de trabalho intermitente .....	770
5.7.3.	Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas .....	772
5.7.4.	Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores .....	773
5.7.5.	Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADI 5826) .....	774
5.7.6.	Trabalho intermitente no direito comparado .....	775
5.8.	Regulamentação do trabalho intermitente .....	776
5.8.1.	Normas ligadas à convocação do trabalhador .....	781
5.8.2.	Multa por descumprimento do acordado .....	782
5.8.3.	Direitos do empregado em trabalho intermitente .....	785
5.8.4.	Acordo individual entre empregado e empregador .....	787

5.8.5.	Trabalhador intermitente e seguro-desemprego .....	789
5.8.6.	Questionamentos sobre o trabalho intermitente .....	790
5.8.7.	Trabalho intermitente durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção .....	792
5.9.	Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – Vigência encerrada) .....	793
6.	Alteração do contrato de trabalho .....	794
6.1.	Jus variandi – Alteração unilateral do contrato de trabalho .....	796
6.2.	Reversão .....	799
6.3.	Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista) .....	800
6.3.1.	Conceito de gratificação .....	800
6.3.2.	Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão .....	800
6.3.3.	Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista .....	801
6.3.4.	Direito intertemporal .....	802
6.3.5.	Limites à supressão de gratificação de função .....	803
6.4.	Transferência de empregados .....	803
7.	Suspensão e interrupção .....	806
7.1.	Hipóteses de interrupção .....	807
7.1.1.	Contagem do prazo das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho .....	810
7.2.	Hipóteses de suspensão .....	812
7.3.	Casos controvertidos .....	817
7.4.	Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção .....	820
8.	Direitos do empregado nas eleições .....	822
8.1.	Empregado que trabalha na empresa no dia da eleição .....	822
8.2.	Alistamento eleitoral e interrupção do contrato de trabalho .....	824
8.3.	Empregado mesário nas eleições .....	825
8.4.	Liberdade de voto e limites aos poderes do empregador .....	825
8.5.	Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais .....	826
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	828
10.	Informativos do TST .....	831

## CAPÍTULO XI

<b>DURAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>841</b>
1. Duração do trabalho .....	841
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto .....	841

1.1.1.	Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) .....	843
1.1.2.	Tempo à disposição do empregador .....	845
1.1.2.1.	Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador .....	849
1.1.3.	Controle de jornada e registro de ponto .....	849
1.1.4.	Empresas com mais de 20 empregados .....	850
1.1.5.	Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional .....	853
1.1.6.	Cartões britânicos .....	854
1.1.7.	Registro de ponto por exceção .....	855
1.1.8.	Registro de ponto eletrônico no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal .....	859
1.2.	Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista) .....	860
1.2.1.	Horas <i>in itinere</i> antes da Reforma Trabalhista .....	860
1.2.2.	Horas <i>in itinere</i> após a Reforma Trabalhista .....	861
1.2.3.	Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista - Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23) .....	863
1.2.4.	Tempo médio das horas <i>in itinere</i> .....	870
1.3.	Sobreaviso e prontidão .....	871
1.4.	Empregados não submetidos à limitação de jornada .....	874
1.4.1.	Gerentes com poderes de gestão .....	875
1.4.2.	Atividade externa .....	876
1.4.2.1.	Motoristas profissionais .....	878
1.4.2.1.1.	Jornada de trabalho do motorista profissional .....	880
1.4.2.1.2.	Tempo de espera do motorista .....	883
1.4.2.1.2.1.	Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322 .....	883
1.4.2.1.2.2.	Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322 .....	884
1.4.2.1.3.	Períodos de descanso do motorista .....	885
1.4.2.1.3.1.	Períodos de descanso do motorista antes da ADI .....	885
1.4.2.1.3.2.	Períodos de descanso do motorista depois da ADI .....	887
1.4.2.1.4.	Modulação de efeitos da Decisão .....	888
1.4.2.1.5.	O que mudou com a ADI 5322? .....	889
1.4.2.1.6.	Monitoramento da geolocalização e exigência de exame toxicológico do motorista profissional .....	894

1.4.3.	Teletrabalho ou trabalho remoto .....	894
1.4.3.1.	Caracterização do teletrabalho .....	898
1.4.3.1.1.	Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista .....	898
1.4.3.1.2.	Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022 .....	899
1.4.3.2.	Solenidade para o teletrabalho .....	900
1.4.3.2.1.	Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista .....	900
1.4.3.2.2.	Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022 .....	900
1.4.3.3.	Alteração do regime presencial para teletrabalho ....	901
1.4.3.4.	Alteração do regime de teletrabalho para o presencial .....	902
1.4.3.5.	Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto .....	903
1.4.3.6.	Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho .....	904
1.4.3.7.	Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022 ...	906
1.4.3.7.1.	Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) .....	906
1.4.3.7.2.	Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022) .....	907
1.4.3.7.3.	Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022) .....	907
1.4.3.7.4.	Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) .....	909
1.4.3.8.	Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 1.046/2021 e 927/2020) e legislação de exceção .....	910
1.5.	Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT) .....	911
1.5.1.	Salário proporcional .....	913
1.5.2.	Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial ....	914
1.5.3.	Adicional de horas extras .....	915
1.5.4.	Compensação de jornada .....	917
1.5.5.	Férias dos empregados em regime de tempo parcial .....	918
1.5.6.	Abono pecuniário de férias .....	919
1.5.7.	Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista - Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23) .....	920
1.5.8.	Empregado doméstico .....	922
1.6.	Turnos ininterruptos de revezamento .....	923

1.6.1.	Fixação de jornada em turnos ininterruptos mediante negociação coletiva .....	925
1.7.	Trabalho noturno .....	928
1.7.1.	Horários mistos .....	930
1.7.2.	Prorrogação do horário noturno .....	930
1.8.	Jornada do bancário .....	932
1.8.1.	Jornada de trabalho do bancário durante a vigência da MP nº 905/2019 (vigência encerrada) .....	934
1.8.2.	Divisor da hora de salário do bancário .....	934
1.8.2.1.	A polêmica do divisor aplicado ao bancário .....	936
1.8.2.2.	Cálculo do divisor até setembro de 2012 .....	936
1.8.2.3.	Divisor do salário do bancário de setembro de 2012 a novembro de 2016 .....	937
1.8.2.4.	Divisor do salário do bancário atualmente (Decisão em incidente de recurso de revista repetitivo e alteração da Súmula nº 124 do TST) .....	938
1.8.3.	Pré-contratação de horas extras .....	940
2.	Trabalho extraordinário (Reforma Trabalhista): hipóteses de prorrogação .....	942
2.1.	Limite de tolerância (Reforma Trabalhista) .....	943
2.1.1.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada .....	947
2.2.	Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista) .....	947
2.3.	Compensação (Reforma Trabalhista) .....	949
2.3.1.	Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada .....	950
2.3.2.	Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada .....	951
2.3.3.	Banco de horas (Reforma Trabalhista) .....	953
2.3.3.1.	Banco de horas antecipado durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – Vigência encerrada) e legislação de exceção .....	955
2.3.4.	Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista) .....	956
2.3.4.1.	Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres .....	959
2.4.	Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista) .....	960
2.4.1.	Regulamentação da Jornada 12x36 .....	961
2.4.2.	Jornada 12x36 na jurisprudência do TST .....	962
2.4.3.	Jornada 12x36 na Reforma Trabalhista e impactos na Súmula 444 do TST .....	963
2.4.4.	Prestação de horas extras habituais e descaracterização da jornada 12x36 .....	965
2.4.5.	Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36 .....	966
2.4.6.	Trabalho no DSR e feriados .....	967
2.4.7.	Trabalho noturno em jornada 12 x 36 .....	969
2.4.8.	Jornada 12x36 em atividades insalubres .....	971

2.4.9.	Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico .....	972
2.4.10.	Questionamentos práticos da jornada 12x36 .....	973
2.4.10.1.	Operacionalização do intervalo intrajornada na jornada 12x36 .....	973
2.4.10.2.	Dificuldade de substituição do empregado em atrasos, faltas e no horário de almoço .....	974
2.4.10.3.	Hora noturna reduzida em jornada 12x36 .....	974
2.4.10.4.	Início das férias na jornada 12x36 .....	974
2.4.10.5.	Vantagens e desvantagens da Jornada 12x36 .....	975
2.4.11.	A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade .....	976
2.4.12.	Jornada 12x36 dos profissionais da saúde durante a pandemia de coronavírus (MP nº 1.046/2021 – Vigência encerrada) .....	977
2.5.	Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista) .....	980
2.5.1.	Força maior .....	980
2.5.2.	Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos .....	982
2.6.	Recuperação de horas .....	983
3.	Período de descanso .....	985
3.1.	Intervalos .....	986
3.1.1.	Intervalo intrajornada .....	986
3.1.1.1.	Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) .....	989
3.1.1.1.1.	TAC sobre intervalo intrajornada firmado anteriormente a Reforma Trabalhista .....	992
3.1.1.2.	Tempo de deslocamento do empregado do local de trabalho até o refeitório .....	993
3.1.1.3.	Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) .....	993
3.1.1.4.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada .....	996
3.1.1.5.	Intervalos remunerados .....	997
3.1.1.6.	Pausa para fumar durante o horário de trabalho ...	1002
3.1.2.	Intervalo interjornada .....	1004
3.2.	DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49) .....	1006
3.2.1.	Atestados médicos no Direito do Trabalho .....	1008
3.2.1.1.	Exigência de CID em atestados médicos .....	1010
3.2.1.2.	Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS e limbo jurídico previdenciário .....	1011
3.2.2.	Trabalho no DSR e feriados .....	1015
3.2.2.1.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral .....	1017
3.2.2.1.1.	Autorização transitória .....	1018

3.2.2.1.2.	Autorização permanente .....	1019
3.2.2.2.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral .....	1020
3.2.2.3.	Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres .....	1021
3.2.2.4.	Autorização para trabalhos aos domingos e aos feriados na MP nº 905/2019 (vigência encerrada) ....	1022
3.2.3.	Consequências do trabalho no DSR .....	1023
3.2.4.	Remuneração do DSR .....	1024
3.2.4.1.	Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST .....	1025
3.3.	Feriados .....	1028
3.3.1.	Antecipação de feriados na pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – Vigência encerrada) e legislação de exceção .....	1031
3.4.	Férias .....	1031
3.4.1.	Introdução .....	1031
3.4.2.	Período aquisitivo .....	1032
3.4.3.	Duração do período de férias .....	1032
3.4.4.	Perda do direito de férias .....	1033
3.4.4.1.	Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF .....	1034
3.4.5.	Período concessivo .....	1035
3.4.6.	Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista) ....	1036
3.4.6.1.	Empregados com menos de 18 anos e com mais de 50 anos .....	1038
3.4.7.	Remuneração das férias .....	1038
3.4.8.	Abono pecuniário de férias .....	1040
3.4.9.	Férias concedidas após o período concessivo .....	1042
3.4.9.1.	ADPF 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST .....	1043
3.4.10.	Férias do professor .....	1045
3.4.11.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais .....	1046
3.4.12.	Prescrição .....	1049
3.4.13.	Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – Vigência encerrada) e legislação de exceção .....	1049
3.4.14.	Férias coletivas .....	1050
3.4.14.1.	Concessão de férias coletivas durante a pandemia (MP nº 927/2020 e MP nº 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção .....	1051
4.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1053
5.	Informativos do TST .....	1061

**CAPÍTULO XII**

<b>REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>1077</b>
1. Salário e remuneração .....	1077
1.1. Gorjetas .....	1077
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos .....	1077
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017 .....	1078
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) .....	1078
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”) .....	1079
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 .....	1079
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada) .....	1080
1.1.7. Gueltas .....	1081
1.2. Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo .....	1081
1.2.1. Salário mínimo do professor .....	1083
1.2.2. Salários profissionais e normativos .....	1084
1.2.2.1. Piso salarial nacional da enfermagem .....	1085
1.2.2.1.1. Piso salarial nacional da enfermagem para a iniciativa privada em geral .....	1086
1.2.2.1.2. Piso salarial nacional da enfermagem para a União, Administração Pública Direta e Indireta .....	1087
1.2.2.1.3. Piso salarial nacional da enfermagem para Estados, Distrito Federal e Municípios, administração direta e indireta, pelas nas entidades filantrópicas e pelos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS .....	1087
1.2.2.1.4. Proporcionalidade do piso em relação à carga horária .....	1088
1.2.2.1.5. Base de cálculo do piso .....	1088
1.2.2.1.6. Inconstitucionalização progressiva dos pisos salariais nacionais .....	1088
1.2.2.2. Posição do STF em relação a outros pisos nacionais .....	1088
1.3. Salário complessivo .....	1089
1.4. Recolhimento de contribuições previdenciárias e Medida Provisória nº 808/2017 (vigência encerrada) .....	1091
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista) .....	1092
2.1. Comissões e percentagens .....	1095

2.1.1.	Época do pagamento das comissões e percentagens .....	1097
2.2.	Gratificações (Reforma Trabalhista) .....	1097
2.2.1.	Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista) ...	1099
2.2.2.	Gratificação por tempo de serviço .....	1102
2.2.3.	Gratificação semestral .....	1103
2.3.	Décimo terceiro salário .....	1104
2.3.1.	Décimo terceiro proporcional .....	1106
2.3.2.	Décimo terceiro no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal .....	1106
2.4.	Outras parcelas salariais .....	1107
2.5.	Adicionais salariais .....	1109
2.5.1.	Adicional de hora extraordinário .....	1109
2.5.1.1.	Introdução .....	1109
2.5.1.2.	Cálculo do divisor do salário .....	1110
2.5.1.3.	Cálculo do divisor de salário hora do empregado mensalista .....	1111
2.5.1.4.	Divisor da Jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais .....	1112
2.5.1.5.	Divisor aplicado aos empregados sujeitos aos limites normais de 8 horas diárias e 44 horas semanais que obtivessem redução da duração semanal de trabalho .....	1113
2.5.1.6.	Cálculo do adicional de horas extras sobre o complexo salarial .....	1116
2.5.1.7.	Elevação do divisor do salário-hora por instrumento coletivo de trabalho .....	1119
2.5.2.	Adicional noturno .....	1120
2.5.3.	Adicional de transferência .....	1123
2.5.4.	Adicional de periculosidade .....	1124
2.5.4.1.	Atividades perigosas .....	1124
2.5.4.2.	Base de cálculo .....	1127
2.5.4.3.	Necessidade de perícia .....	1128
2.5.4.4.	Cumulação do adicional de periculosidade .....	1130
2.5.4.5.	Da flexibilização do adicional de periculosidade ...	1132
2.5.5.	Adicional de insalubridade .....	1135
2.5.5.1.	Base de cálculo .....	1136
2.5.5.2.	Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista) .....	1139
2.5.5.3.	Reflexos nas demais parcelas .....	1142
2.5.5.4.	Ambientes insalubres e horas extras .....	1143
2.5.5.5.	Fornecimento de EPI e ambiente de trabalho .....	1146
2.5.5.5.1.	Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-06) .....	1147
2.5.5.6.	Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) .....	1148

2.5.6.	Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF) .....	1152
3.	Parcelas sem natureza salarial .....	1153
3.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR .....	1154
3.1.1.	E se a empresa não tiver lucro? .....	1155
3.1.2.	Se o trabalhador não bater a meta/atingir os objetivos dispostos em ACT ou CCT? .....	1156
3.1.3.	PLR proporcional .....	1156
3.1.4.	Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada? ....	1157
3.2.	Ajuda de custo .....	1157
3.3.	Diárias para viagem (Reforma Trabalhista) .....	1158
3.4.	Vale-transporte .....	1158
3.4.1.	Descontos no salário do empregado .....	1159
3.4.2.	Natureza jurídica da parcela .....	1159
3.4.3.	Vale-transporte nas férias e faltas do empregado .....	1159
3.4.4.	Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso .....	1160
3.4.5.	Declaração falsa e mau uso do vale-transporte .....	1160
3.4.6.	Ônus da prova .....	1161
3.5.	Salário-família .....	1161
3.5.1.	Carência .....	1162
3.5.2.	Valor do benefício .....	1162
3.5.3.	Cessação do benefício .....	1163
3.6.	PIS/Pasep .....	1164
3.7.	Stock option .....	1165
3.8.	Parcelas recebidas em razão da explora�o de direito intelectual .....	1165
3.9.	Abonos (Reforma Trabalhista) .....	1167
3.10.	Pr�mios (Reforma Trabalhista) .....	1168
3.10.1.	Pr�mios na MP n� 905/2019 (vigência encerrada) .....	1169
3.10.2.	Bichos .....	1170
3.11.	Auxílio-alimenta�o (Reforma Trabalhista) .....	1170
3.11.1.	Alimenta�o na MP n� 905/2019 (vig�ncia encerrada) .....	1171
3.11.2.	Programa de Alimenta�o ao Trabalhador (Lei n� 6.321/76) ...	1171
3.12.	Seguro-desemprego .....	1173
3.12.1.	Introdu�o .....	1173
3.12.2.	Requisitos para a concess�o do seguro-desemprego .....	1174
3.12.2.1.	Desemprego involuntário .....	1174
3.12.2.1.1.	O empregado contrato em contrato de trabalho intermitente tem direito ao seguro-desemprego? .....	1176
3.12.2.2.	Demais requisitos .....	1176
3.12.3.	Solicita�o do seguro-desemprego .....	1177
3.12.4.	Valor do seguro-desemprego .....	1179
3.12.5.	Suspensão e cancelamento do pagamento do seguro-desemprego .....	1180
3.12.6.	Outras modalidades de seguro-desemprego .....	1181

3.12.6.1. Bolsa para qualificação profissional nos contratos de trabalho que se encontram suspensos .....	1181
3.12.6.2. Empregado doméstico .....	1183
3.12.6.3. Pescador profissional .....	1184
3.12.6.4. Trabalhador resgatado da condição análoga à de escravidão .....	1185
3.12.7. Fraude no seguro-desemprego e atuação do MPT .....	1186
4. Salário-utilidade ou salário in natura .....	1187
4.1. Natureza jurídica da utilidade .....	1189
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento .....	1192
6. Garantias de proteção ao salário .....	1194
6.1. Irredutibilidade salarial .....	1196
6.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção .....	1196
6.2. Intangibilidade salarial .....	1199
6.3. Vedação ao truck system .....	1201
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial .....	1202
6.5. Proteção do salário diante de credores .....	1203
6.6. Pagamento por fora ou extrafolha .....	1204
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista) .....	1205
7.1. Requisitos da equiparação salarial .....	1207
7.1.1. Identidade de empregadores .....	1208
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador .....	1209
7.1.3. Identidade de funções .....	1211
7.1.4. Trabalho de igual valor .....	1212
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos .....	1213
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários .....	1214
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento .....	1215
7.2. Trabalhador readaptado .....	1216
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública .....	1217
7.4. Equiparação salarial em cadeia .....	1219
7.5. Multa por conduta discriminatória .....	1220
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição .....	1223
8. Acúmulo de função e desvio de função .....	1225
8.1. Acúmulo de função .....	1226
8.2. Desvio de função .....	1228
8.3. Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função .....	1230
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1232
10. Informativos do TST .....	1241

**CAPÍTULO XIII**

<b>ESTABILIDADE .....</b>	<b>1257</b>
1. Introdução .....	1257
2. Proibição da dispensa arbitrária e julgamento do stf sobre a convenção 158 da OIT .....	1258
2.1. Causa justificada e justa causa .....	1259
2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho .....	1260
2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39 .....	1261
3. Estabilidade por tempo de serviço .....	1262
4. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias .....	1263
4.1. Dirigente sindical .....	1263
4.2. Empregada gestante .....	1269
4.2.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado .....	1272
4.2.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária .....	1274
4.2.2.1 Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) .....	1275
4.2.3. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado? .....	1276
4.2.4. Exigência de certidão de nascimento do filho .....	1277
4.2.5. Efeitos da dispensa da gestante .....	1277
4.2.6. Exigência de atestado de gravidez .....	1278
4.2.7. Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção .....	1280
4.2.8. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres .....	1281
4.2.9. Afastamento de gestantes durante a pandemia de Covid-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) .....	1285
4.3. Empregado representante da CIPA .....	1286
4.4. Empregado acidentado .....	1288
4.4.1. Acidente de trabalho .....	1288
4.4.1.1. Acidente de trabalho típico .....	1289
4.4.1.2. Acidente de trabalho equiparado .....	1289
4.4.2. Estabilidade provisória no acidente de trabalho .....	1290
4.4.2.1. Estabilidade provisória no acidente de trabalho para trabalhadores temporários .....	1291
4.4.3. Acidente de trajeto .....	1292
4.4.4. Acidente de trajeto na MP nº 905/2019 (vigência encerrada) .....	1293
4.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP .....	1293
4.6. Membros da comissão de gorjetas até a vigência da Medida Provisória nº 808/2017 .....	1294
4.7. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista) .....	1295

4.8.	Outras hipóteses .....	1297
4.8.1.	Membros do Conselho Nacional da Previdência Social .....	1297
4.8.2.	Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS .....	1297
4.8.3.	Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas .....	1297
4.8.4.	Empregado público .....	1297
4.8.4.1.	Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) .....	1299
4.8.5.	Pandemia – Estabilidade provisória na hipótese de redução de salários e de jornada ou de suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 10 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção .....	1301
4.8.6.	Estabilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia do coronavírus (art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020) .....	1303
4.8.7.	Programa Especial de Suporte a Empregos (Lei nº 14.043/2020) .....	1303
4.9.	Compromissos públicos de manutenção de emprego .....	1304
5.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1306
6.	Informativos do TST .....	1309

## CAPÍTULO XIV

	<b>FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS .....</b>	<b>1315</b>
1.	Introdução .....	1315
1.1.	Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS .....	1316
2.	Trabalhadores com direito ao fgts .....	1320
3.	Alíquotas e depósitos .....	1321
3.1.	Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF) .....	1323
3.2.	Adiamento no recolhimento do FGTS durante a pandemia do novo coronavírus (MP nº 927/2020 – Vigência encerrada) e legislação de exceção .....	1325
4.	Hipóteses de saque dos depósitos .....	1326
4.1.	Saque do FGTS e desastres naturais .....	1328
4.2.	A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário .....	1330
4.3.	Indenização sobre o FGTS .....	1330
5.	Prescrição .....	1332
6.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1335
7.	Informativos do TST .....	1336

**CAPÍTULO XV****SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES ..... 1337**

1.	Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho) .....	1337
1.1.	Introdução .....	1337
1.2.	Deveres do empregador .....	1339
1.3.	Deveres do empregado .....	1340
1.4.	Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego .....	1341
1.4.1.	Interdição ou embargo e inspeção prévia .....	1343
1.4.2.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) .....	1346
1.5.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio .....	1347
1.5.1.	Objetivos e atribuições da CIPA .....	1348
1.5.2.	Constituição e organização da CIPA .....	1350
1.5.3.	Mandato e estabilidade .....	1352
1.6.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho .....	1354
1.7.	Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho .....	1355
1.7.1.	Exames médicos ocupacionais .....	1355
1.7.2.	Suspensão de treinamentos periódicos e eventuais dos empregados previstos em normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho .....	1356
1.7.3.	Manutenção das CIPAs .....	1356
2.	Da reparação do dano nas relações de trabalho e indenizações .....	1356
2.1.	Introdução .....	1356
2.2.	Dano material .....	1358
2.3.	Dano extrapatrimonial (Reforma Trabalhista) .....	1358
2.3.1.	Regulamentação do dano extrapatrimonial .....	1358
2.3.2.	Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial .....	1363
2.3.2.1.	Dano imaterial .....	1364
2.3.2.2.	Ação ou omissão e nexos causal .....	1364
2.3.2.3.	Culpa em sentido lato .....	1365
2.3.3.	Titularidade do direito à reparação do dano .....	1366
2.3.4.	Bens jurídicos tutelados .....	1369
2.3.4.1.	Bens juridicamente tutelados da pessoa física .....	1369
2.3.4.2.	Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica ...	1370
2.3.5.	Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão .....	1372
2.3.6.	Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais .....	1373
2.3.6.1.	Perdas e danos .....	1375
2.3.7.	Arbitramento do dano moral .....	1375

2.3.8.	Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 - Interpretação conforme a Constituição) .....	1381
2.3.9.	Dano moral coletivo .....	1382
2.3.10.	Existe dano moral automático? O que é dano moral <i>in re ipsa</i> ? .....	1383
2.4.	Dano estético .....	1385
2.5.	Dano existencial .....	1386
2.5.1.	Direito à desconexão .....	1387
2.6.	Assédio nas relações de trabalho .....	1388
2.6.1.	Assédio moral .....	1388
2.6.2.	Assédio eleitoral .....	1389
2.6.3.	Assédio sexual .....	1392
2.6.3.1.	Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência .....	1394
2.6.4.	Assédio processual .....	1396
2.6.5.	Assédio religioso .....	1396
2.7.	Do papel de outros agentes e órgãos de proteção no combate ao assédio nas organizações .....	1397
2.8.	Competência para julgar ações envolvendo dano moral .....	1399
3.	Trabalho escravo e degradante .....	1399
3.1.	Introdução .....	1399
3.2.	Medidas de combate ao trabalho escravo e degradante na esfera internacional e na legislação brasileira .....	1405
3.3.	Responsabilidade jurídica na constatação do trabalho escravo ou degradante .....	1410
3.3.1.	Responsabilidade penal .....	1410
3.3.2.	Impactos nas responsabilidades trabalhista e previdenciária .....	1411
3.3.3.	Responsabilidade administrativa .....	1412
3.3.4.	Responsabilidade civil .....	1413
3.3.4.1.	Danos morais coletivos .....	1415
3.3.4.2.	Dumping social .....	1416
4.	Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho .....	1417
4.1.	Introdução .....	1417
4.2.	Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro .....	1417
4.3.	Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho .....	1418
4.3.1.	Acidente de trabalho .....	1418
4.3.1.1.	Acidente de trabalho típico .....	1419
4.3.1.2.	Acidente de trabalho equiparado .....	1419
4.3.1.3.	Doença ocupacional e COVID-19 .....	1423
4.3.1.4.	Trabalhador autônomo e acidente de trabalho .....	1424
4.3.2.	Comunicação de acidente do trabalho – CAT .....	1425
4.3.3.	Nexo de causalidade .....	1426
4.3.4.	Estabilidade do acidentado .....	1427

4.3.5.	Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador ...	1428
4.4.	Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho .....	1432
4.4.1.	Dano material e moral .....	1432
4.4.2.	Perda de uma chance .....	1432
4.4.3.	Indenização por morte da vítima .....	1433
4.4.4.	Indenização por incapacidade transitória .....	1434
4.4.5.	Indenização por incapacidade permanente (invalidez) .....	1435
4.4.6.	Dano estético .....	1436
4.5.	Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho .....	1436
5.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1438
6.	Informativos do TST .....	1439

## CAPÍTULO XVI

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO (FISCALIZAÇÃO) .....</b>	<b>1449</b>	
1.	Fiscalização do trabalho .....	1449
2.	Atribuições dos auditores-fiscais do trabalho .....	1449
3.	Poderes e limites para o exercício da fiscalização .....	1452
4.	Autuação .....	1454
4.1.	Auto de infração e defesas do autuado .....	1458
5.	A fiscalização do trabalho e o esocial .....	1460
6.	Domicílio eletrônico trabalhista (MP 905/2019 – Vigência encerrada e lei nº 14.261/2021) .....	1461
7.	Fiscalização do trabalho no marco regulatório trabalhista infralegal (decreto 10.854/2021) .....	1463
7.1.	Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico (eLIT) .....	1463
7.2.	Normas de Proteção ao Trabalho e de Saúde e Segurança no Trabalho .....	1465
7.3.	Auto de Infração no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal .....	1465
8.	Programa governo mais legal – Trabalhista (decreto nº 11.205/2022) .....	1466
8.1.	Introdução .....	1466
8.2.	Operacionalização do Programa Governo Mais Legal - Trabalhista .....	1467
9.	Súmulas do STF e TST .....	1468

## CAPÍTULO XVII

<b>NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO .....</b>	<b>1469</b>	
1.	Introdução .....	1469
2.	O que são normas regulamentadoras (NRs)? .....	1469
3.	NR 1 - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais .....	1472
3.1.	Objetivo .....	1473
3.2.	Campo de aplicação das Normas Regulamentadoras (NRs) .....	1473
3.3.	Competência e estrutura .....	1474

3.4.	Direitos e deveres dos empregadores e trabalhadores .....	1474
3.5.	Gerenciamento de riscos ocupacionais (GRO) .....	1475
4.	NR 2 - Inspeção prévia (revogada) .....	1477
5.	NR 3 - Embargo e interdição .....	1479
6.	NR 4 - Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho .....	1484
6.1.	Objetivo e campo de aplicação .....	1485
6.2.	Competência, composição, dimensionamento e funcionamento .....	1485
6.3.	Modalidades .....	1488
6.4.	Registro .....	1489
6.5.	Terceirização do SESMT .....	1489
7.	NR 5 - Comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio - CIPA .....	1490
7.1.	Objetivo e atribuições .....	1492
7.1.1.	CIPA + A (alteração promovida pela Lei nº 14.457/2022) ....	1492
7.2.	Campo de aplicação .....	1495
7.3.	Constituição e organização .....	1496
7.3.1.	Empregado contratado por prazo determinado pode participar da CIPA? .....	1498
7.3.2.	O dimensionamento da CIPA deve levar em conta apenas o número de empregados do estabelecimento? .....	1498
7.4.	Processo eleitoral .....	1501
7.5.	Mandato e estabilidade .....	1502
7.6.	Funcionamento .....	1504
7.7.	Treinamento .....	1504
7.8.	CIPA das organizações contratadas para prestação de serviços .....	1505
8.	NR 6 - Equipamentos de proteção individual - Epi .....	1508
8.1.	O que é EPI? Quando deve ser fornecido? .....	1509
8.2.	Objetivo e campo de aplicação .....	1511
8.2.1.	Responsabilidade da organização .....	1511
8.2.2.	Responsabilidade do trabalhador .....	1512
8.2.3.	Responsabilidade de fabricantes e importadores .....	1514
8.3.	Certificado de Aprovação (CA) .....	1514
9.	NR 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO .....	1517
9.1.	Objetivo e campo de aplicação .....	1518
9.2.	Diretrizes .....	1519
9.3.	Responsabilidades e planejamento .....	1522
9.3.1.	Exames obrigatórios .....	1523
9.3.2.	Atestado de Saúde Ocupacional .....	1524
9.3.3.	Constatação de doença ocupacional ou de seu agravamento .....	1525
9.3.3.1.	Comunicação de acidente do trabalho – CAT .....	1525
9.4.	Documentação .....	1527
9.5.	Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP .....	1528
10.	NR 8 – Edificações .....	1530

10.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1531
10.2. Requisitos de segurança e saúde .....	1531
11. NR 9 – Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos .....	1533
11.1. Breve histórico .....	1533
11.2. Higiene ocupacional .....	1534
11.3. Objetivo e campo de aplicação .....	1535
11.4. Identificação e avaliação das exposições aos agentes físicos, químicos e biológicos .....	1536
11.5. Medidas de prevenção e controle das exposições aos agentes físicos, químicos e biológicos .....	1537
11.6. Anexos da NR 9 .....	1538
12. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade .....	1540
12.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1541
12.2. Medidas de controle .....	1543
12.3. Outras disposições .....	1544
13. NR 11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais ....	1550
13.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1550
13.2. Elevadores e monta-cargas .....	1551
13.3. Equipamentos de transporte com força motriz própria .....	1552
13.4. Atividades de transporte de sacas .....	1553
13.5. Empilhamento .....	1554
14. NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos- .....	1556
14.1. Princípios gerais .....	1558
14.1.1. Medidas de proteção .....	1559
14.1.2. Responsabilidade do trabalhador .....	1559
14.2. Arranjo físico e instalações .....	1560
14.3. Outras disposições .....	1561
15. NR 13 – Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento .....	1568
15.1. Objetivo, conceitos e campo de aplicação .....	1568
15.2. Responsabilidade .....	1571
15.3. Risco grave e iminente .....	1571
15.4. Documentação .....	1572
15.5. Comunicação de acidentes .....	1573
15.6. Disposições específicas .....	1573
16. NR 14 – Fornos .....	1575
16.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1576
16.2. Medidas de prevenção .....	1576
17. NR 15 – Atividades e operações insalubres .....	1577
17.1. Introdução .....	1578
17.1.1. Parâmetros quantitativos e qualitativos para caracterização da insalubridade .....	1578
17.1.2. Caracterização da insalubridade .....	1579

17.1.3.	Base de cálculo .....	1583
17.1.4.	Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista) .....	1584
17.1.5.	Eliminação ou neutralização da insalubridade .....	1588
17.1.6.	Requisição de perícia .....	1589
17.1.7.	Situações de risco grave e iminente na NR 15 .....	1590
17.2.	Anexos da NR 15 .....	1591
17.2.1.	Anexo 1 - Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente .....	1592
17.2.2.	Anexo 2 - Limites de tolerância para ruído de impacto .....	1593
17.2.3.	Anexo 3 - Limites de tolerância para exposição ao calor .....	1594
17.2.4.	Anexo 4 - Iluminação deficiente .....	1595
17.2.5.	Anexo 5 - Radiações ionizantes .....	1595
17.2.6.	Anexo 6 - Trabalho sob condições hiperbáricas .....	1596
17.2.7.	Anexo 7 - Radiações não ionizantes .....	1597
17.2.8.	Anexo 8 - Vibração .....	1598
17.2.9.	Anexo 9 - Frio .....	1598
17.2.10.	Anexo 10 - Umidade .....	1599
17.2.11.	Anexo 11 - Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção no local de trabalho .....	1600
17.2.12.	Anexo 12 - Limites de tolerância para poeiras minerais .....	1601
17.2.12.1.	Asbesto .....	1602
17.2.13.	Anexo 13 - Agentes químicos .....	1604
17.2.13.1.	Anexo 13-A - Benzeno .....	1604
17.2.14.	Anexo 14 - Agentes biológicos .....	1605
18.	NR 16 – Atividades e operações perigosas .....	1607
18.1.	Introdução .....	1607
18.1.1.	Atividades perigosas .....	1608
18.1.1.1.	Eliminação ou neutralização do risco? .....	1611
18.1.2.	Adicional e base de cálculo .....	1612
18.1.3.	Necessidade de perícia .....	1612
18.1.4.	Cumulação do adicional de periculosidade .....	1613
18.1.5.	Da flexibilização do adicional de periculosidade .....	1614
18.2.	Anexos da NR 16 .....	1615
18.2.1.	Anexo 1 - Atividades e operações perigosas com explosivos ..	1616
18.2.2.	Anexo 2 - Atividades e operações perigosas com inflamáveis ....	1617
18.2.3.	Anexo 3 - Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial .....	1619
18.2.4.	Anexo 4 - Atividades e operações perigosas com energia elétrica .....	1620
18.2.5.	Anexo 5 - Atividades perigosas em motocicleta .....	1620

18.2.6. Anexo (*) - Atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radiotivas .....	1621
19. NR 17 – Ergonomia .....	1623
19.1. O que é Ergonomia .....	1623
19.2. Objetivo e campo de aplicação .....	1625
19.3. Avaliação das situações de trabalho .....	1625
19.4. Organização do trabalho .....	1626
19.5. Levantamento, transporte e descarga individual de cargas .....	1628
19.6. Mobiliário dos postos de trabalho .....	1629
19.7. Trabalho com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais .....	1630
19.8. Condições de conforto no ambiente de trabalho .....	1630
19.9. Anexo I - Trabalho dos operadores de checkout .....	1631
19.10. Anexo II - Trabalho em teleatendimento/telemarketing .....	1631
20. NR 18 – Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção .....	1636
20.1. Resumo da NR 18 .....	1637
21. NR 19 – Explosivos .....	1640
21.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1641
21.2. Principais disposições .....	1641
22. NR 20 – Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis .....	1647
22.1. Objetivo e abrangência .....	1647
22.2. Definições .....	1648
22.3. Principais disposições .....	1649
23. NR 21 – Trabalhos a céu aberto .....	1654
23.1. Abrigo contra intempéries .....	1654
23.2. Alojamentos e moradias .....	1654
24. NR 22 – Segurança e saúde ocupacional na mineração .....	1655
24.1. Resumo da NR 22 .....	1657
25. NR 23 – Proteção contra incêndios .....	1663
26. NR 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho .....	1665
26.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1667
26.2. Instalações sanitárias .....	1668
26.2.1 Instalações sanitárias e pessoas trans .....	1668
26.3. Componentes sanitários .....	1669
26.4. Vestiários .....	1670
26.5. Locais para refeição .....	1672
26.6. Cozinhas .....	1672
26.7. Alojamentos .....	1673
26.8. Vestimenta de trabalho .....	1674
26.9. Disposições gerais .....	1674
26.10. Anexos da NR 24 .....	1675
27. NR 25 – Resíduos industriais .....	1676
27.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1677
27.2. Requisitos de segurança e saúde .....	1677

28. NR 26 – Sinalização de segurança .....	1678
28.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1679
28.2. Sinalização por cor .....	1679
28.3. Identificação de produto químico .....	1679
28.4. Informações e treinamentos em segurança e saúde no trabalho .....	1682
29. NR 27 - Registro profissional do técnico de segurança do trabalho (revogada)	1683
30. NR 28 - Fiscalização e penalidades .....	1684
30.1. Fiscalização .....	1685
30.2.1 Descumprimento reiterado .....	1690
30.3. Embargo ou interdição .....	1690
30.4. Penalidades .....	1690
31. NR 29 – Segurança e saúde no trabalho portuário .....	1694
31.1. Trabalho portuário .....	1695
31.2. Resumo da NR 29 .....	1698
32. NR 30 – Segurança e saúde no trabalho aquaviário .....	1706
32.1. Trabalho aquaviário .....	1707
32.2. Resumo da NR 30 .....	1709
33. NR 31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura .....	1713
33.1. Trabalho rural .....	1715
33.2. Resumo da NR 31 .....	1715
34. NR 32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde .....	1721
34.1. Resumo da NR 32 .....	1722
35. NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados .....	1729
35.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1730
35.2. Profissionais envolvidos no trabalho em espaços confinados .....	1731
35.3. Permissão de Entrada e Trabalho (PET) .....	1732
35.4. Gerenciamento de riscos ocupacionais em espaços confinados .....	1733
35.5. Medidas de prevenção em espaços confinados .....	1734
35.6. Capacitação .....	1735
35.7. Disposições gerais .....	1735
35.8. Anexos da NR 33 .....	1735
36. NR 34 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval .....	1737
36.1. Resumo da NR 34 .....	1738
37. NR 35 – Trabalho em altura- .....	1743
37.1. Objetivo e campo de aplicação .....	1744
37.2. Responsabilidades .....	1744
37.3. Autorização, Capacitação e Aptidão .....	1745
37.4. Planejamento e Organização .....	1745
37.5. Sistemas de Proteção Contra Quedas - SPQ .....	1747
37.6. Emergência e Salvamento .....	1748
38. NR 36 – Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados .....	1750

38.1. Resumo da NR 36 .....	1752
39. NR 37 – Segurança e saúde em plataformas de petróleo .....	1761
39.1. Resumo da NR 37 .....	1764
40. NR 38 – Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos .....	1770
40.1. Resumo da NR 38 .....	1771

## CAPÍTULO XVIII

### **AVISO-PRÉVIO ..... 1777**

1. Introdução .....	1777
2. Proporcionalidade do aviso-prévio .....	1777
2.1. Discussões sobre a proporcionalidade do aviso prévio .....	1778
3. Cálculo do aviso-prévio .....	1780
4. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio .....	1781
5. Aviso-prévio concedido pelo empregador .....	1781
6. Aviso-prévio concedido pelo empregado .....	1788
7. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado .....	1788
8. Reconsideração do aviso-prévio .....	1789
9. Falta grave no curso do aviso-prévio .....	1789
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1791
11. Informativos do TST .....	1793

## CAPÍTULO XIX

### **TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO ..... 1795**

1. Introdução .....	1795
2. Resilição .....	1795
2.1. Proibição da dispensa arbitrária e julgamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT .....	1796
2.1.1. Causa justificada e justa causa .....	1796
2.1.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho .....	1797
2.1.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39 .....	1798
2.2. Hipóteses de resilição unilateral .....	1800
2.2.1. Pedido de demissão .....	1800
2.2.1.1. Pedido de demissão do empregado adolescente .....	1802
2.2.1.2. Pedido de demissão da empregada gestante .....	1803
2.2.1.2. Aposentadoria especial e “dispensa com força de demissão”. .....	1805
2.2.2. Dispensa sem justa causa .....	1808
2.2.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV .....	1809
2.2.3.1. Natureza jurídica do PDV .....	1809

2.2.3.2.	Eficácia liberatória – Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista .....	1810
2.2.3.3.	Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos .....	1810
2.2.3.4.	Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista .....	1811
2.2.3.5.	Quitação plena e irrevogável .....	1813
2.2.3.6.	Direito intertemporal .....	1815
2.2.4.	<i>Outplacement</i> .....	1815
2.3.	Resilição bilateral: distrato (Reforma Trabalhista) .....	1815
2.3.1.	Verbas rescisórias devidas no distrato .....	1818
2.3.1.1.	Projeção do aviso prévio indenizado no distrato ...	1820
2.3.2.	Saque dos depósitos do FGTS .....	1821
2.3.3.	Seguro-desemprego .....	1821
3.	Resolução .....	1822
3.1.	Dispensa por justa causa .....	1822
3.1.1.	Hipóteses de dispensa por justa causa .....	1823
3.1.1.1.	Ato de improbidade .....	1823
3.1.1.2.	Incontinência de conduta .....	1824
3.1.1.3.	Mau procedimento .....	1824
3.1.1.4.	Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador .....	1824
3.1.1.5.	Condenação criminal do empregado, passada em julgado .....	1824
3.1.1.6.	Desídia no desempenho das funções .....	1825
3.1.1.7.	Embriaguez habitual ou em serviço .....	1825
3.1.1.8.	Violação de segredo da empresa .....	1826
3.1.1.9.	Ato de indisciplina ou de insubordinação .....	1826
3.1.1.10.	Abandono de emprego .....	1826
3.1.1.11.	Ato lesivo à honra e à boa fama ou ofensa física, salvo legítima defesa .....	1827
3.1.1.12.	Prática constante de jogos de azar .....	1828
3.1.1.13.	Prática de atos atentatórios à segurança nacional .....	1828
3.1.1.14.	Perda da habilitação (Reforma Trabalhista) ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão .....	1828
3.1.1.15.	Outras hipóteses de dispensa por justa causa .....	1829
3.1.2.	Verbas rescisórias devidas na dispensa por justa causa .....	1830
3.2.	Rescisão indireta (ou dispensa indireta) .....	1831
3.2.1.	Hipóteses de rescisão indireta (ou dispensa indireta) – Art. 483 da CLT .....	1831
3.2.1.1.	Exigência de serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato .....	1831
3.2.1.2.	Rigor excessivo .....	1831

3.2.1.3.	Perigo manifesto de mal considerável .....	1832
3.2.1.4.	Não cumprir o empregador as obrigações do contrato .....	1832
3.2.1.5	Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensa física .....	1832
3.2.1.6.	Reduzir o trabalho por peça ou tarefa .....	1833
3.2.1.7.	Violência doméstica (LC nº 150/2015 – Lei dos Domésticos) .....	1833
3.2.2.	Necessidade de deixar o serviço .....	1834
3.2.3.	Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta (ou dispensa indireta) .....	1834
3.3.	Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST) .....	1834
4.	Rescisão .....	1837
5.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho .....	1838
5.1.	Término do contrato por prazo determinado .....	1838
5.2.	Força maior .....	1840
5.2.1.	Dispensa por força maior durante a pandemia .....	1841
5.3.	Morte do empregador – Art. 485, CLT .....	1841
5.4.	Aposentadoria .....	1842
5.5.	Fato do príncipe ou factum principis – Art. 486, CLT .....	1844
5.5.1.	Fato do príncipe durante a pandemia .....	1844
5.6.	Dispensa discriminatória .....	1845
5.6.1.	Da indenização dobrada pela dispensa discriminatória .....	1848
5.6.1.1.	Natureza jurídica da indenização dobrada .....	1848
5.6.1.2.	Possibilidade de cumulação com indenização por dano moral (não configuração de bis in idem) .....	1849
5.6.1.3.	Marco temporal final da indenização dobrada .....	1849
5.6.1.4.	ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST .....	1850
5.6.2.	Exigência de carteira de vacinação e dispensa dos empregados .....	1850
5.7.	Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência .....	1853
5.8.	Dispensa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	1855
5.8.1.	Dispensa individual de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	1856
5.8.2.	Dispensa em massa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	1856
5.8.3.	Dispensa por força maior em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	1857
5.8.4.	Dispensa por fato do príncipe em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	1858
5.8.5.	Parcelamento das verbas rescisórias em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	1859
6.	Reintegração .....	1860

6.1.	Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego .....	1860
6.2.	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST). .....	1863
6.3.	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho) ....	1864
7.	Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	1864
7.1.	Extinção da homologação das verbas trabalhistas .....	1866
7.1.1.	Homologação de acordo extrajudicial .....	1868
7.2.	Recibo de quitação das verbas trabalhistas .....	1870
7.3.	Forma de pagamento das verbas rescisórias .....	1870
7.4.	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho .....	1871
7.5.	Fim da assistência na rescisão contratual .....	1872
7.6.	Multa do art. 477, § 8º, CLT .....	1873
7.7.	Reconhecimento judicial do vínculo de emprego .....	1873
7.8.	Questões controvertidas acerca da multa do art. 477 da CLT .....	1874
7.9.	Administração Pública e Massa falida .....	1875
7.10.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT ....	1875
7.11.	Carta de recomendação do ex-empregado .....	1877
7.12.	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego .....	1877
8.	Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista) .....	1878
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1883
10.	Informativos do TST .....	1884

## CAPÍTULO XX

### **PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA ..... 1893**

1.	Prescrição .....	1893
1.1.	Prazos prescricionais .....	1894
1.2.	Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista) .....	1895
1.3.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista) .....	1900
1.3.1.	Prazos prescricionais durante a pandemia do novo coronavírus e legislação de exceção .....	1902
1.4.	Prescrição do FGTS .....	1903
1.5.	Prescrição do avulso .....	1905
1.6.	Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP .....	1906
1.7.	Prescrição de ofício .....	1907
1.8.	Prescrição intercorrente .....	1908
1.8.1.	Posicionamento dos tribunais antes da Lei .....	1909
1.8.2.	Prazo de 2 anos .....	1910
1.8.3.	Prescrição intercorrente e direito intertemporal .....	1912
2.	Decadência .....	1914
3.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1915
4.	Informativos do TST .....	1918

## CAPÍTULO XXI

<b>DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....</b>	<b>1925</b>
1. Introdução .....	1925
2. Princípios específicos .....	1926
2.1. Liberdade sindical .....	1926
2.2. Princípio da autorregulamentação .....	1930
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada .....	1932
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência .....	1936
2.5. Princípios segundo Mauricio Godinho Delgado .....	1938
3. Organização sindical brasileira .....	1940
3.1. Sindicatos .....	1940
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias .....	1943
3.1.1.1 Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF) .....	1945
3.1.2. Sindicalização dos empregados terceirizados .....	1946
3.1.3. Sindicalização dos empregados de sindicatos .....	1947
3.1.4. Sindicalização dos empregados domésticos .....	1948
3.1.4.1. Abrangência dos instrumentos coletivos nas relações de trabalho doméstico .....	1948
3.1.5. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT .....	1950
3.1.4.1. Livre filiação dos trabalhadores .....	1956
3.1.5. Desmembramento dos sindicatos .....	1958
3.1.6. Dissolução dos sindicatos .....	1961
3.1.7. Cláusulas antissindicais .....	1962
3.1.7.1. Cláusulas de filiação automática ou forçada dos trabalhadores .....	1964
3.1.7.2. Cláusulas que impeçam a filiação dos trabalhadores .....	1965
3.1.7.3. Cláusulas de controle da atividade sindical .....	1965
3.1.7.4. Lista suja de trabalhadores sindicalizados .....	1965
3.1.7.5. Cláusulas que instituem a contribuição de todos os empregados, independentemente de filiação ao sindicato .....	1965
3.1.7.6. Cláusulas que exigem contribuição dos empregadores ao sindicato profissional para celebrar acordos ou convenções coletivas .....	1967
3.1.7.7. Conduta do empregador de obstar a realização de greve ou a perseguição a grevistas .....	1967
3.1.7.8. Mandatory arbitratio clause .....	1967
3.1.7.9. Clausulas que estabelecem direitos diferenciados para trabalhadores filiados e não filiados ao sindicato .....	1968

3.2.	Organização do sindicato .....	1970
3.2.1	Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos .....	1970
3.2.2	Órgãos do sindicato .....	1973
3.2.3.	Do processo eleitoral .....	1976
3.2.4.	Estabilidade do dirigente sindical .....	1981
3.3.	Fontes de custeio do sindicato .....	1987
3.3.1.	Contribuição sindical .....	1987
3.3.1.1.	Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo .....	1988
3.3.1.2.	Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou? .....	1989
3.3.1.3.	Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista .....	1993
3.3.1.4.	Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical .....	1994
3.3.1.4.1.	As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical ...	1994
3.3.1.4.2.	As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical ...	1995
3.3.1.5.	Empregados sindicalizados – Como fica? .....	1997
3.3.1.6.	Aspectos processuais .....	1998
3.3.1.7.	Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT .....	1999
3.2.1.8.	Autorização individual, expressa e por escrito e a MP nº 873/2019 .....	2000
3.2.1.9.	Contribuição sindical e condutas antissindicais (Orientação nº 13 da CONALIS do MPT) .....	2001
3.2.1.10.	Competência da Justiça Comum para processar e julgar ações envolvendo contribuição sindical de servidores públicos estatutários .....	2001
3.3.2.	Contribuição confederativa .....	2002
3.3.3.	Contribuição assistencial .....	2004
3.3.3.1.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000) .....	2008
3.3.3.2.	Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas .....	2008
3.3.3.3.	TAC sobre contribuição assistencial firmado anteriormente ao Tema nº 935 da Repercussão Geral do STF .....	2009
3.3.3.4.	Repasse de contribuições das empresas diretamente ao sindicato da categoria profissional .....	2010

---

3.3.4.	Mensalidade sindical .....	2011
3.3.5.	Certificado de regularidade sindical e as contribuições para custeio dos sindicatos .....	2012
3.4.	Entidades de grau superior: federação e confederação .....	2014
3.5.	Centrais sindicais .....	2016
4.	Negociação coletiva – Convenção e acordo coletivo .....	2019
4.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista) .....	2022
4.1.1.	Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado .....	2029
4.1.2.	Flexibilização das normas trabalhistas no Direito Comparado .....	2031
4.1.3.	Resguardo de prerrogativas dos sindicatos na negociação coletiva .....	2033
4.2.	Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado .....	2034
4.2.1.	Jornada de Trabalho .....	2037
4.2.2.	Banco de horas .....	2038
4.2.3.	Intervalo Intrajornada .....	2039
4.2.4.	Programa Seguro-Emprego .....	2041
4.2.5.	Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança .....	2042
4.2.6.	Regulamento de empresa .....	2043
4.2.7.	Representante dos trabalhadores no local de trabalho .....	2044
4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente .....	2045
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual .....	2046
4.2.10.	Registro de Jornada .....	2047
4.2.11.	Troca de dia dos feriados .....	2047
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade .....	2048
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres .....	2053
4.2.14.	Prêmios e incentivos .....	2054
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa .....	2055
4.3.	Discussões sobre os limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo .....	2057
4.3.1.	Natureza salarial da parcela recebida .....	2058
4.3.2.	Alteração prejudicial do contrato de trabalho .....	2059
4.3.3.	Pagamento parcelado de gratificações .....	2059
4.3.4.	Fracionamento de férias .....	2060
4.3.5.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT .....	2060
4.4.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	2061
4.4.1.	Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenha como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho .....	2063

4.4.2.	Litisconsórcio necessário e a Medida Provisória nº 808/2017 (vigência encerrada) .....	2064
4.5.	Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista) .....	2065
4.5.1.	Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo ...	2067
4.6.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF) .....	2069
4.6.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva .....	2085
4.6.2.	Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS	2086
4.6.3.	Seguro-desemprego .....	2086
4.6.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) .....	2086
4.6.5.	Salário mínimo .....	2087
4.6.6.	Valor nominal do 13º salário .....	2087
4.6.7.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno .....	2088
4.6.8.	Proteção do salário .....	2088
4.6.9.	Salário-família .....	2089
4.6.10.	Repouso semanal remunerado .....	2090
4.6.11.	Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal .....	2091
4.6.12.	Direito de férias e duração .....	2091
4.6.13.	Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias .....	2092
4.6.14.	Licença-paternidade .....	2093
4.6.15.	Proteção do mercado de trabalho da mulher .....	2093
4.6.16.	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo, 30 dias .....	2095
4.6.17.	Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego .....	2095
4.6.18.	Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas .....	2096
4.6.19.	Aposentadoria .....	2097
4.6.20.	Seguro contra acidentes de trabalho .....	2097
4.6.21.	Prescrição .....	2098
4.6.22.	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência .....	2099
4.6.23.	Trabalho do adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes .....	2100
4.6.24.	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso .....	2101
4.6.25.	Liberdade de associação profissional ou sindical .....	2101
4.6.26.	Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista .....	2101
4.6.27.	Direito de greve e serviços essenciais .....	2103
4.6.28.	Tributos e outros créditos de terceiros .....	2103
4.6.29.	Proteção do trabalho da mulher .....	2104

4.6.30.	Regras sobre duração do trabalho e intervalos .....	2104
4.7.	Negociação coletiva na pandemia (art. 11 e 17 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção .....	2106
4.7.1.	Validade do acordo individual para redução de salários e de jornada e suspensão contratual durante a pandemia e legislação de exceção .....	2107
4.8.	Dispensa em massa (Reforma Trabalhista) .....	2108
4.9.	Legitimidade para celebrar acordo ou convenção coletiva .....	2114
4.10.	Limites e possibilidade de negociação coletiva no setor público .....	2115
4.11.	Requisitos formais da negociação coletiva .....	2117
4.12.	Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) .....	2121
4.12.1.	Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST .....	2122
4.12.2.	Após a alteração da Súmula nº 277 do TST .....	2123
4.12.3.	Liminar do STF (APDF 323/DF) .....	2126
4.12.4.	Alteração promovida pela Reforma Trabalhista .....	2127
4.12.5.	Decisão final do STF (APDF 323/DF) .....	2128
4.12.6.	Sentença normativa .....	2129
5.	Conflitos coletivos de trabalho .....	2131
5.1.	Introdução .....	2131
5.2.	Meios de solução de conflitos coletivos de trabalho .....	2132
5.2.1.	Autotutela .....	2133
5.2.2.	Autocomposição .....	2134
5.2.2.1.	Mediação de conflitos coletivos de trabalho (Marco Regulatório Trabalhista Infralegal) .....	2135
5.2.2.2.	Mediação pre-processual – CSJT (Resolução CSJT nº 377, de 22 de março de 2024) .....	2137
5.2.2.3.	Quitação ampla, geral e irrevogável em acordos extrajudiciais homologados perante a Justiça do Trabalho – CNJ (Resolução CNJ nº 586, de 30 de setembro de 2024) .....	2137
5.2.3.	Heterocomposição .....	2139
5.2.3.1.	Arbitragem (Reforma Trabalhista) .....	2139
5.2.3.2.	Jurisdição .....	2142
5.3.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista .....	2143
6.	Greve .....	2144
6.1.	Introdução .....	2144
6.1.1.	Decisão da SDC do TST e a quantidade de trabalhadores nas greves .....	2147
6.2.	Modalidades de greve .....	2147
6.3.	Interesses defendidos na greve .....	2149
6.4.	Greve abusiva .....	2151
6.4.1.	Greve sem representação sindical e <i>lock out</i> .....	2154

6.5.	Direitos e deveres dos grevistas .....	2157
6.6.	Greve em serviços essenciais .....	2157
6.7.	Requisitos para o exercício do direito de greve .....	2159
6.8.	Greve no serviço público .....	2162
7.	Comissão de conciliação prévia .....	2167
7.1.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa .....	2168
7.2.	Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia .....	2169
7.3.	Consequências da conciliação firmada perante a CCP .....	2170
8.	Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista) .....	2172
8.1.	Composição da comissão de representantes .....	2174
8.2.	Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados .....	2174
8.3.	Eleição dos representantes dos empregados .....	2177
8.4.	Mandato do membro da comissão de representantes do empregado ...	2180
8.4.1.	Estabilidade do membro da comissão de representantes .....	2180
8.4.2.	Guarda de documentos .....	2182
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	2183
10.	Informativos do TST .....	2185

## CAPÍTULO XXII

### DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO (CONVENÇÕES DA OIT) ..... 2203

1.	Introdução .....	2203
2.	Organização internacional do trabalho .....	2206
2.1.	Histórico da OIT .....	2206
2.2.	Definição, natureza jurídica e finalidades .....	2211
2.3.	Estrutura tripartite .....	2213
2.4.	Composição e competências .....	2217
3.	Convenções e recomendações internacionais do trabalho .....	2220
3.1.	Natureza jurídica .....	2221
3.2.	Ciclo de vida das convenções e recomendações da OIT .....	2224
3.2.1.	Processo de elaboração e aprovação de uma convenção da OIT	2224
3.2.2.	Processo de ratificação e aplicação de uma convenção da OIT	2228
3.2.3.	Vigência de uma convenção da OIT .....	2231
3.2.4.	Revisão de uma convenção da OIT .....	2232
3.2.5.	Denúncia de uma convenção da OIT .....	2233
4.	<i>Core obligations</i> e as convenções fundamentais da OIT .....	2235

## ÍNDICE

### ALFABÉTICO-REMISSIVO ..... 2243

### BIBLIOGRAFIA ..... 2267